

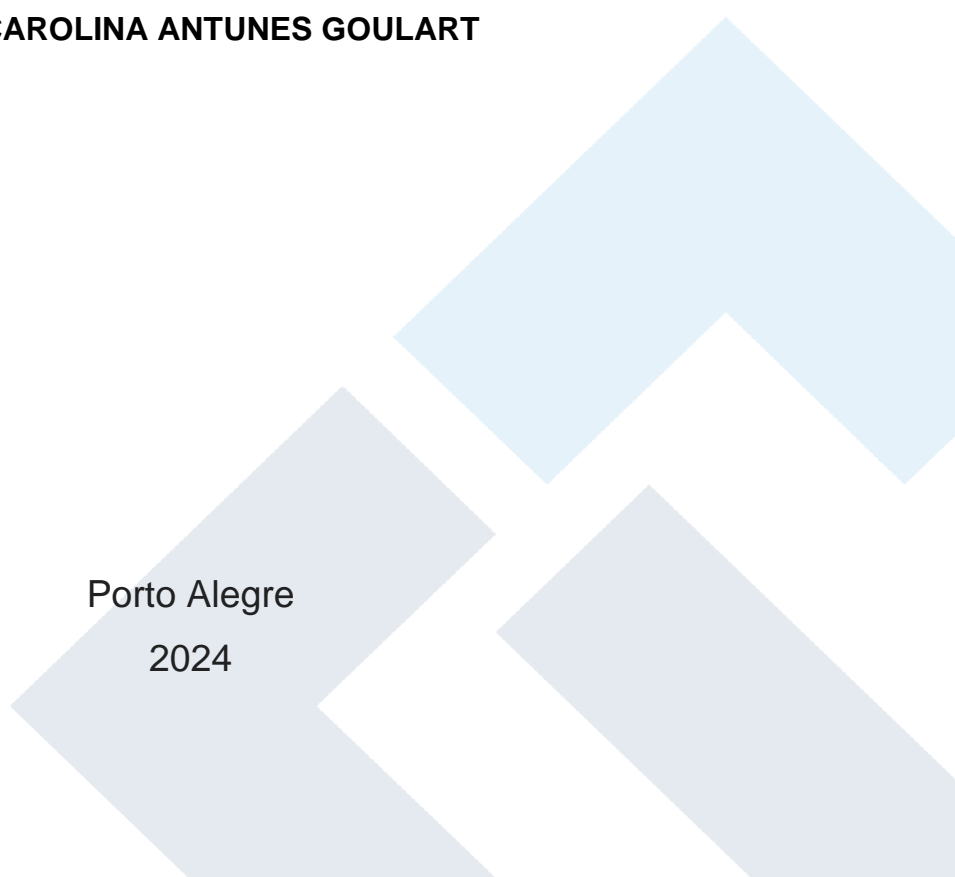
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE MATEMÁTICA E ESTATÍSTICA

DEPARTAMENTO DE MATEMÁTICA PURA E APLICADA

**PERSPECTIVAS PRÁTICAS DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO
ENSINO MÉDIO PARA A FORMAÇÃO DE INDIVÍDUOS
CONSCIENTES**

ANA CAROLINA ANTUNES GOULART

Porto Alegre
2024



ANA CAROLINA ANTUNES GOULART

**PERSPECTIVAS PRÁTICAS DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO
ENSINO MÉDIO PARA A FORMAÇÃO DE INDIVÍDUOS
CONSCIENTES**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao Instituto de Matemática e Estatística como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciado em Matemática

Orientador: Dr. Marcus Vinícius de Azevedo Basso

Porto Alegre

2024

Instituto de Matemática e Estatística
Departamento de Matemática Pura e Aplicada

**PERSPECTIVAS PRÁTICAS DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO
ENSINO MÉDIO PARA A FORMAÇÃO DE INDIVÍDUOS
CONSCIENTES**

Ana Carolina Antunes Goulart

Banca examinadora:

Prof. Dr. Marcus Vinícius de Azevedo Basso – Orientador
Instituto de Matemática e Estatística – UFRGS

Prof Dr^a Leandra Aversa Fioreze
Faculdade de Educação - UFRGS

Prof Dra Flávia Malta Branco
Instituto de Matemática e Estatística - UFRGS

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família, especialmente aos meus pais que sempre estiveram do meu lado em todos os momentos. Sempre foram os meus maiores exemplos. Sempre me motivaram, me incentivaram e prestaram apoio para seguir em busca dos meus objetivos. Sou muito grata por terem me proporcionado uma boa educação e me ensinado bons valores, se me tornei a pessoa que sou hoje é graças a eles.

Agradeço a Universidade Federal do Rio Grande do Sul pela qualidade de ensino a todos que fazem parte dessa instituição que fizeram parte da minha jornada acadêmica.

Agradeço ao meu orientador Prof. Marcus Basso, por ter aceitado o convite de me guiar nessa etapa, por ter confiado em mim e por todo auxílio prestado.

RESUMO

O Trabalho de Conclusão de Curso aqui proposto analisa a percepção dos alunos do Ensino Médio quanto à Educação Financeira, com objetivo de investigar como eles definem o tema, se compreendem a importância de uma boa educação financeira para decisões conscientes, e se realizam algum tipo de planejamento financeiro. A pesquisa é de abordagem qualitativa exploratória, realizada com 17 alunos do 3º ano do Ensino Médio de uma escola pública de Porto Alegre – RS. A metodologia empregada inclui a leitura de trechos relacionados à educação financeira e a aplicação de um questionário contendo perguntas sobre o tema. Para análise dos dados, foi utilizada a categorização, a qual permite reunir dados semelhantes em categorias a fim de auxiliar na compreensão do objeto estudado. O resultado da prática pedagógica apontou que os alunos têm ciência do significado de Educação Financeira, porém não é dada a devida importância por falta de conhecimento. Contudo, revela que compreendem a importância do dinheiro, e após a aula demonstraram interesse em adquirir conhecimentos nesse campo. Este estudo contribui para a compreensão da perspectiva dos alunos em relação à Educação Financeira, oferecendo insights importantes para o desenvolvimento de estratégias educacionais mais eficazes neste domínio.

Palavras-chave: Educação Financeira. Ensino Médio. Planejamento Financeiro. Dinheiro.

ABSTRACT

The Course Conclusion Work proposed here examines the perception of high school students regarding Financial Education, aiming to investigate how they define the topic, whether they comprehend the importance of sound financial education for conscientious decision-making, and if they engage in any form of financial planning. The research adopts a qualitative exploratory approach and involves 17 students from the 3rd year of high school, from a public school located in the municipality of Porto Alegre, RS. The methodology includes reading excerpts related to financial education and administering a questionnaire with inquiries on the subject. For data analysis, categorization was used, which allows grouping similar data into categories to assist in understanding the studied object. The result of the pedagogical practice showed that students are aware of the meaning of Financial Education, but due importance is not given due to lack of knowledge. However, they reveal that they understand the importance of money, and after the class they demonstrated an interest in acquiring knowledge in this field. This study contributes to understanding students' perspectives on Financial Education, offering valuable insights for the development of more effective educational strategies in this domain.

Keywords: Financial Education. High School. Financial Planning. Money.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. REGISTROS ACERCA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA	11
3. EDUCAÇÃO FINANCEIRA E EDUCAÇÃO MATEMÁTICA CRÍTICA	20
4. METODOLOGIA DA PESQUISA	27
5. ANÁLISE DA PRÁTICA PEDAGÓGICA	30
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
REFERÊNCIAS	45
APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO	48
APÊNDICE B - CARTA DE ANUÊNCIA DA ESCOLA	49

1. INTRODUÇÃO

O presente texto apresenta uma análise centrada nos conhecimentos e consciência a respeito do campo Educação Financeira e a percepção dos alunos de Ensino Médio sobre o tema através de perspectivas práticas.

A Educação Financeira é um componente essencial da formação de indivíduos conscientes e capazes de tomar decisões financeiras. Entretanto, o tema ainda parece algo um pouco distante dos alunos, mesmo com previsão nos currículos escolares brasileiros. O conceito de Educação Financeira está ganhando cada vez mais destaque nas escolas, referindo-se a atividades relacionadas ao tema.

A abordagem dessa temática proporciona o desenvolvimento de habilidades relacionadas à gestão eficaz dos recursos financeiros, mediante a compreensão de conceitos fundamentais de finanças e economia, conforme delineado em documentos normativos direcionados à educação. Outro ponto relevante, é que o tema é crucial para discussões, pois a integração dos seus princípios no ensino auxilia os jovens a compreenderem, por exemplo, o significado do dinheiro e a cultivarem uma relação saudável com ele, desencorajando práticas inadequadas de consumo (CARLIM, 2022). Anteriormente, sua ênfase estava fortemente ligada à matemática financeira, um conjunto de conteúdos abordados de diversas maneiras na disciplina de matemática.

Pesquisas realizadas no Brasil e por organizações globais, como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), destacam a importância de abordar o tema de maneira educativa, incorporando os conceitos de sustentabilidade, organização financeira pessoal e cidadania. Nessa perspectiva, observa-se uma diminuição da ênfase no conhecimento técnico matemático nas produções acadêmicas no país até 2013, havendo, principalmente, duas vertentes identificadas:

a) a que tratava da relevância de se trabalhar a Educação Financeira nas escolas, incluindo o interesse da comunidade escolar. Destinava-se a enfatizar a importância da sua abordagem na escola, analisando documentos, teses e dissertações.

b) a que propunha um plano de ensino relacionado ao tema em uma série específica.

Dada a importância da incorporação dos princípios da Educação Financeira no ensino, para ajudar os jovens a entender o valor do dinheiro e a adquirirem uma relação saudável com ele, destaca-se a o papel científico e social desta pesquisa, pois visa apresentar contribuições acerca da importância deste conhecimento nas salas da Educação Básica, assim como a relevância do papel da família na formação de indivíduos conscientes, especialmente no que concerne ao uso dos recursos financeiros.

A motivação para essa pesquisa surgiu da experiência escolar da autora, quando começou a ter períodos destinados apenas ao estudo da disciplina de matemática, a qual despertou seu interesse. Quanto à temática de Educação Financeira, o contato iniciou dentro de casa ao ser inserida em conversas sobre comportamento e metas financeiras, tomadas de decisões e escolhas de investimentos. No ambiente escolar, nunca foram abordados conceitos mais complexos e aprofundados, como economia, investimentos e planejamento financeiro, apenas atividades envolvendo resolução e elaboração de problemas com porcentagens e juros, por exemplo. Ambos os ambientes desempenham papéis complementares e igualmente importantes na formação de indivíduos financeiramente responsáveis.

No artigo intitulado “E o que é Educação Financeira?” de Cássia Aquino, o mesmo esclarece que “No Brasil, infelizmente, a Educação Financeira não é parte do universo educacional familiar, tampouco escolar. Assim, a criança não aprende a lidar com dinheiro nem em casa, nem na escola” (2011, p.1). Dessa forma, vemos que a família não tem desempenhado bem este papel: o de transmitir uma cultura econômico-financeira, quiçá pelo fato de também não ter aprendido em bancos escolares, deixando para a vida lhes ensinar o melhor caminho financeiro.

O ensino de Educação Financeira na sala de aula de Matemática pode ser abordado de diversas maneiras, visando envolver os alunos de forma prática e contextualizada, com diferentes abordagens e metodologias, a depender do interesse e conhecimento do professor para a aplicação destes.

Diante do exposto, elencamos como questão norteadora da pesquisa: "**Qual a percepção de alunos de uma turma de 3º ano do Ensino Médio sobre Educação Financeira?**"

Como objetivos da pesquisa temos:

- Investigar e analisar a percepção dos alunos sobre a relevância da Educação Financeira.
- Analisar como os alunos percebem a importância da implementação do planejamento financeiro no contexto familiar.
- Investigar como os alunos fazem uso do próprio dinheiro.

O trabalho está dividido em seis seções. A primeira, aqui apresentada, é a introdução, que traz os preceitos iniciais desta pesquisa. A segunda, traz alguns elementos históricos e apontamentos sobre o tema no âmbito nacional, como os marcos legais na educação brasileira. Na terceira seção, são realizadas as análises de duas dissertações, relacionando com as teorias de Paulo Freire e Ole Skovsmose, detalhando o consumidor consciente e relacionando a Educação Financeira com a Educação Matemática Crítica. A quarta, expõe os aspectos metodológicos utilizados na construção da pesquisa. A quinta seção, expõe o debate a partir da prática pedagógica de leituras sobre trechos de Educação Financeira pelos alunos, e também a análise dos dados obtidos através da aplicação do questionário. Por fim, a sexta seção apresenta as considerações finais do trabalho, relacionando a teoria e a prática e retomando à questão norteadora.

2. REGISTROS ACERCA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA

A Educação Financeira (EF) é um campo do conhecimento que tem sido enfatizado nos últimos anos, pois é considerado um meio que contribui para a melhoria do relacionamento das pessoas com o dinheiro, especialmente como suporte para tomar decisões sensatas e melhorar a qualidade de vida, assegurando conforto no futuro.

Coelho (2014) explica que no contexto brasileiro, os ensinamentos sobre Educação Financeira ainda são vistos como novidade para uma parte significativa da população, pois os brasileiros não possuem o hábito de fazer planejamentos financeiros ou discutir sobre finanças dentro da família. No entanto, essa realidade está mudando gradualmente, à medida que as pessoas estão atribuindo maior importância aos conhecimentos financeiros, implementando o planejamento financeiro e controlando os gastos.

A EF emerge como um tema contemporâneo que constitui um vasto campo de estudo. Conforme destacado por Saraiva (2017), seus principais promotores incluem a OCDE e o Banco Mundial (BM), os quais afirmam que a Educação Financeira representa uma ferramenta crucial para fomentar o crescimento e a estabilidade econômica.

O aumento desse tema como pautas de discussão no ambiente escolar oportuniza o desenvolvimento de habilidades sobre formas eficientes de administrar os recursos financeiros, por meio do entendimento dos conceitos de finanças e economia, conforme destacados em documentos normativos voltados para educação.

Para Teixeira (2015), este enfoque no tema está vinculado à inquietação quanto à gestão inadequada do dinheiro, a qual pode impactar as decisões financeiras individuais. Em um dos documentos sobre a temática, a OCDE (2005, p. 5) apresenta o seguinte conceito para Educação Financeira:

[...] é o processo pelo qual consumidores/investidores financeiros aprimoram sua compreensão sobre produtos, conceitos e riscos financeiros e, por meio de informação, instrução e/ou aconselhamento objetivo, desenvolvem as habilidades e a confiança para se tornarem mais conscientes de riscos e oportunidades financeiras, a fazer escolhas informadas, a saber onde buscar ajuda, e a tomar outras medidas efetivas para melhorar seu bem-estar financeiro.

Dessa maneira, é possível afirmar que, para a OCDE, a Educação Financeira está intrinsecamente ligada ao progresso da economia global. Trata-se de um processo informativo e de aconselhamento com o intuito de cultivar habilidades que permitam às pessoas aumentar sua consciência acerca dos riscos e oportunidades financeiras, visando garantir a segurança do investidor e do consumidor, além do bom funcionamento da economia e que, através de pesquisas, constataram um baixo índice de alfabetização financeira entre os países participantes. (OCDE, 2005, p.3).

A OCDE, comprometida com a promoção de padrões convergentes em diversas áreas, como questões econômicas, financeiras, comerciais, sociais e ambientais, incorporou a temática da Educação Financeira em suas discussões a partir de 2003. Como resultado, o programa de trabalho da OCDE, aprovado pelo conselho para o biênio 2003-2004, deu origem a um projeto denominado "Projeto Educação Financeira", destinado a ser implementado nos anos seguintes. Nessa época, o Brasil não era um membro da organização, mas passou a seguir as diretrizes estabelecidas pela OCDE com o intuito de promover a educação financeira entre seus cidadãos.

A partir de uma iniciativa do comitê de Mercados Financeiros da OCDE, em 2005, foi produzido um documento intitulado "*Recomendação sobre os Princípios e as Boas Práticas de Educação e Conscientização Financeira*¹", considerado um dos marcos do Programa, no qual países membros e não membros, como é o caso do Brasil, foram convidados a seguir a recomendação de promover educação e conscientização financeira. No documento citado, foram elencados sete *princípios* de educação e conscientização financeira e, em seguida, dezenove *boas práticas* foram distribuídas em quatro tópicos (OCDE, 2005, p.5, 6):

- A. Ação pública para a educação financeira;
- B. O papel das instituições financeiras na educação financeira;
- C. Educação financeira para poupança de aposentadoria;
- D. Programas de educação financeira.

¹ Título traduzido. Obra original: "*Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness*". <http://www.oecd.org/finance/financial-education/35108560.pdf>

Um marco da ascensão da EF no Brasil foi a criação do Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiros, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização – Coremec, pelo Decreto 5.685 de 25/01/2006. Este movimento dispõe sobre a constituição de um Grupo de Trabalho com o intuito de propor uma estratégia nacional de EF, a fim de desenvolver e propor, sob a coordenação da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, uma "Estratégia Brasileira de Educação Financeira". (BRASIL, 2007).

Em 2008, houve a criação da rede INFE (International Network on Financial Education) pela OCDE, especializada em coletar dados nos países para identificar boas práticas e produzir recomendações e instrumentos de gestão de políticas nacionais, com programas de avaliação de educação financeira em nível global para estimular formuladores de políticas públicas a reconhecer o valor da avaliação e a melhorar a prática da avaliação. Após uma análise dos programas de Educação Financeira presentes nas escolas, a principal questão foi o desafio de persuadir políticos e demais autoridades governamentais envolvidas em questões educacionais sobre a relevância do tema e a necessidade de incorporá-lo ao currículo escolar. Essa observação evidencia o quão recente é a preocupação com um estudo especializado sobre Educação Financeira.

A partir disso, em 2009, o grupo denominado “Grupo de Trabalho do Coremec” propôs um rascunho² da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF). Esse documento sugeria as áreas, públicos e temas a serem priorizados. A proposta foi elaborada em forma de minuta, a ser aprovada pela Coremec, estabelecendo a segmentação por faixa etária, escolaridade, por atividade ou por região, os objetivos a serem priorizados como crescimento do mercado, inclusão financeira, proteção do investidor e desenvolvimento social, e também as áreas a serem priorizadas como o desenvolvimento de habilidades em finanças pessoais, estímulo à poupança, relacionamento com crédito, preparação para a aposentadoria, etc. (BRASIL, 2007).

Em um primeiro momento, foram utilizadas três fontes importantes para análise das necessidades primordiais da ENEF: uma pesquisa nacional sobre educação

² O rascunho continha vários documentos que, após serem ajustados, tornaram-se parte da ENEF: um Plano Diretor, e anexos contendo uma Pesquisa Nacional sobre Educação Financeira, um Inventário de Iniciativas de Educação Financeira, uma revisão de iniciativas internacionais, Diretrizes para a Educação Financeira nas Escolas, e um inventário de ações de educação financeira mantidas pelos reguladores do SFN.

financeira, experiências internacionais e informações de consumidores recolhidas pelo Serviço de Atendimento ao Cidadão do Banco Central.

Assim, a criação de estratégias formais e com objetivos bem definidos parece ser um grande avanço rumo à EF. Os trabalhos deste grupo visam obter resultados satisfatórios quanto ao entendimento de conceitos e ambientes financeiros pela população.

Após o rascunho ser validado pela Coremec, em 22 de dezembro de 2010 foi publicado no Diário Oficial de União o Decreto Presidencial nº 7.397, estabelecendo formalmente a ENEF. O programa visa promover e fomentar a cultura de educação financeira no país, ampliar a compreensão do cidadão, para que seja capaz de fazer escolhas conscientes quanto à administração de seus recursos, e contribuir para eficiência e solidez dos mercados financeiro, de capitais, de seguros, de previdência e de capitalização (CVM, s/d.a, p. 2).

A ENEF é inspirada pelo conceito de educação financeira definido pela OCDE, em 2005, adaptado para a realidade brasileira: “o processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram sua compreensão dos conceitos e dos produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação claras, adquiram os valores e as competências necessários para se tornarem conscientes das oportunidades e dos riscos neles envolvidos e, então, façam escolhas bem informadas, saibam onde procurar ajuda, adotem outras ações que melhorem o seu bem-estar, contribuindo, assim, de modo consistente para formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro” (BRASIL, 2010)³.

A ENEF é gerenciada estrategicamente pelo Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF). O CONEF define planos, programas, ações e coordena a implementação da ENEF. Os membros são designados pelo Ministro da Fazenda. O decreto nº 7.397 também especifica as competências do CONEF:

- Definir os planos, programas e ações da ENEF.
- Coordenar a implementação da ENEF.
- Estabelecer diretrizes e objetivos para o planejamento, financiamento, implementação, avaliação e revisão da ENEF.
- Criar grupos de trabalho com expertise para fornecer suporte técnico.

³ **Decreto Nº 7.397, de 22 de Dezembro de 2010.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7397.htm>. Acesso em fevereiro de 2024.

- Aprovar seu próprio regimento interno.

O documento “Orientação para a Educação Financeira nas Escolas”⁴, um dos anexos do Plano Diretor da ENEF, serve como referência metodológica comum para todos os programas realizados.

De acordo com informações do site da Estratégia Nacional de Educação Financeira⁵, três são as principais ações:

- I - Programa Educação Financeira nas Escolas;
- II - Programa Educação Financeira de Adultos;
- III - Semana Nacional de Educação Financeira;

No Programa de EF nas Escolas – Ensino Médio, de agosto de 2010 até dezembro de 2011 foi realizado um projeto piloto, e posteriormente uma avaliação de impacto⁶ foi conduzida em parceria com o Banco Mundial. O projeto foi realizado em 891 escolas voluntárias, buscando avaliar a adequação do material produzido para o ensino médio.

O modelo pedagógico utilizado foi pensado para oferecer aos jovens informações e diretrizes a fim de contribuir para a construção de um pensamento financeiro sólido e desenvolvimento de comportamentos autônomos e saudáveis, permitindo que eles tenham capacidade de decidir e planejar o que eles querem para si mesmos, suas famílias e os grupos sociais aos quais pertencem.

As escolas participantes foram divididas aleatoriamente em grupos de tratamento e de controle, no primeiro semestre de 2010. Em seguida, no início de agosto de 2010, a avaliação diagnóstica foi conduzida com os alunos e seus pais nas escolas do grupo de tratamento e de controle, para avaliar o conhecimento, atitudes e comportamento financeiro, antes do projeto ser implementado.

Após a avaliação diagnóstica, o programa de educação financeira foi implementado nas escolas do grupo de tratamento. No mesmo período, os

⁴ As “Orientações para a Educação Financeira nas Escolas” são parte dos documentos da ENEF que começaram a ser produzidos no Grupo de Trabalho do COREMEC.

⁵ <https://www.vidaedinheiro.gov.br/>

⁶ Documento localizado em: https://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2019/07/5_EF_escolas_completo.pdf. Acesso em janeiro de 2024.

professores começaram a utilizar os livros de educação financeira na sala de aula. O programa continuou a ser implementado até dezembro de 2011, somando um total de 3 semestres de aulas de educação financeira para os alunos do ensino médio. Ao longo da avaliação, foram realizadas outras duas avaliações, feitas para medir os efeitos do programa.

A primeira avaliação somativa foi implantada em dezembro de 2010, a qual permitiu investigar os efeitos iniciais e de curto prazo do programa. A segunda e última avaliação foi implementada em dezembro de 2011 para avaliar os impactos finais e de longo prazo do projeto piloto.

A avaliação de impacto do projeto piloto foi realizada usando o método de atribuição aleatória. As escolas foram selecionadas aleatoriamente, para fazerem parte do “grupo de tratamento”, que receberam o projeto de educação financeira, e o do “grupo de controle”, que não o receberam. Na comparação dos resultados dos alunos das escolas do grupo de tratamento com os alunos das escolas do grupo de controle, o método utilizado ajudou a determinar se o programa de educação financeira levou a mudanças no conhecimento, atitudes e tomada de decisões financeiras dos jovens.

Além das atividades com os alunos, foi realizada uma oficina de educação financeira com os responsáveis pelos alunos das escolas no grupo de tratamento. Essa proposta tinha o intuito de reforçar as mensagens ensinadas aos alunos em sala, e medir o impacto combinado de intervenções com os pais e os alunos sobre o nível de educação financeira das famílias. Essa intervenção foi realizada durante o primeiro semestre de 2011.

Como resultado, observou-se que o programa de educação financeira nas escolas aprimoraram o entendimento financeiro dos alunos e aperfeiçoaram suas posturas em relação às finanças. Especificamente, graças ao programa, os alunos apresentaram maior propensão para economizar e gerenciar suas despesas, além de dialogar com seus pais sobre questões financeiras e auxiliar na organização do orçamento familiar. Esses impactos foram observados tanto no curto quanto no longo prazo, evidenciando a sustentabilidade e durabilidade do treinamento proporcionado aos alunos.

No site da Estratégia Nacional de Educação Financeira, há uma ampla variedade de materiais, incluindo documentos, vídeos e jogos, que destacam a relevância do tema nas escolas. Apesar da importância dessas iniciativas a serem

implementadas nas escolas, é fundamental avaliar os resultados tanto a curto prazo quanto a longo prazo, pois nenhuma delas deve ser implementada sem o devido cuidado de avaliação. A avaliação é importante para possibilitar a reestruturação das ações, especialmente no caso das atividades desenvolvidas no Programa Educação Financeira nas Escolas.

Outro marco importante para o destaque da EF no Brasil foi o início da elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)⁷, em 2014, documento normativo que instituiu o conjunto de conhecimentos, competências e habilidades, consideradas como “aprendizagens essenciais”, que devem ser desenvolvidas pelos alunos na Educação Básica (BRASIL, 2018). A primeira versão foi elaborada no primeiro semestre de 2015, e a segunda versão do documento foi elaborada em maio de 2016, a partir dos debates ocorridos por meio de seminários, que foram executados pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) e, pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED), que foram realizados em todas as regiões do Brasil, no período de junho a agosto do referido ano (AGUIAR, 2018).

A versão final da BNCC foi aprovada pela Resolução CNE/CP Nº 2, de 22 de dezembro de 2017, do Conselho Nacional de Educação (CNE). Nos textos introdutórios da BNCC tanto do documento voltado para a Educação Infantil e Ensino Fundamental (BRASIL, 2018), quanto para o Ensino Médio (BRASIL, 2018a), a Educação Financeira e a Matemática Financeira ganham destaque, especialmente em relação ao trabalho com conceitos básicos de economia e finanças. Assim, durante o percurso da Educação Básica, dez competências gerais são desenvolvidas para garantir aos estudantes o direito de aprendizagem e desenvolvimento. (BRASIL, 2019, p.10).

Com o intuito de impulsionar o avanço dos distintos domínios que constituem a Matemática no Ensino Fundamental, a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) apresenta cinco unidades temáticas que direcionarão o desenvolvimento das habilidades ao longo desse período. Nessa etapa, a BNCC associa alguns conteúdos e procedimentos matemáticos, a exemplo de porcentagem e regra de três, a habilidades que podem estar associadas à Educação Financeira; no entanto, observa-

⁷ <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>

se uma maior preocupação com o aprendizado de matemática financeira, e não tanto com a educação financeira dos estudantes.

A BNCC – Ensino Fundamental, promulgada em dezembro de 2017, demonstra grande preocupação em inserir a EF no currículo escolar, percebendo-se isso na análise de alguns trechos presentes neste documento.

Entretanto, a questão da EF no Ensino Médio trata sobre este nível de ensino pelos chamados Temas Especiais.

Os Temas Especiais permitem estabelecer a integração entre os componentes curriculares de uma mesma área do conhecimento e entre as diferentes áreas que organizam a Educação Básica. Esses temas dizem respeito a questões que atravessam as experiências dos sujeitos em seus contextos de vida e atuação e que, portanto, intervêm em seus processos de construção de identidade e no modo como interagem com outros sujeitos e com o ambiente, posicionando-se ética e criticamente sobre e no mundo. Trata-se, portanto, de temas sociais contemporâneos que contemplam, para além da dimensão cognitiva, as dimensões política, ética e estética da formação dos sujeitos, na perspectiva de uma educação humana integral. [...] Considerando critérios de relevância e pertinência sociais, bem como os marcos legais vigentes, a Base Nacional Comum Curricular trata, no âmbito dos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos diferentes componentes curriculares, dos seguintes Temas Especiais: Economia, educação financeira e sustentabilidade; [...] (BRASIL, 2016, p. 47-48).

No âmbito do Ensino Médio, especificamente na área de Matemática e suas tecnologias, a BNCC sugere a ampliação e aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental. Para isso, é preciso levar em consideração o cotidiano do educando e suas experiências, não só no que diz respeito ao seu dia a dia, mas também às questões relativas à sua comunidade e ao seu trabalho, destacando a importância do uso da tecnologia na construção de planilhas e uso de aplicativos (BRASIL, 2019, p.529 - 530).

A finalidade da BNCC para o ensino médio é diminuir o índice de evasão escolar nesta etapa. Para isso, a BNCC quer garantir que os alunos desempenhem um papel central em seu próprio processo educacional, aprimorar o desenvolvimento

do educando como indivíduo, promover a preparação para o mundo do trabalho e para a cidadania. (BRASIL, 2019, p.466).

A BNCC aborda extensivamente o ensino de matemática financeira, desde os anos iniciais até o ensino médio. Contudo, não evidenciamos uma conexão direta entre o discurso crítico presente no documento e as habilidades propostas no contexto da Educação Financeira. A BNCC promove o ensino de matemática financeira, incluindo cálculos de juros e interpretação de gráficos, mas não se concentra na capacidade do aluno lidar com os recursos financeiros em sua vida diária. Portanto, é responsabilidade do educador discernir as habilidades de forma alinhada às necessidades e experiências dos alunos, adaptando-as à realidade

Nos documentos curriculares para a Educação Básica no Brasil, como é o caso dos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997, 1998), a Matemática Financeira é tratada de forma restrita no currículo da disciplina de Matemática. Apesar de tais documentos não abordarem diretamente a Educação Financeira, eles fornecem orientações para a abordagem de problemas relacionados a questões econômicas que fazem parte do cotidiano dos estudantes.

Embora a Educação Financeira esteja dentro do currículo escolar no Brasil, a mesma não está inserida nos Parâmetros Curriculares Nacionais, sequer nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN). Entretanto, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) permitem a inserção de novos temas a serem trabalhados no currículo escolar, os denominados Temas Transversais (TT).

Os PCN de Matemática apresentam conteúdos, habilidades e competências em Matemática Financeira de forma limitada, visto que apenas os conteúdos de Álgebra abordam temas relacionados à Educação Financeira. No mesmo documento, há abordagens sobre Economia, Finanças e Consumo, porém a Educação Financeira não consta de forma explícita; no entanto, tais elementos podem contribuir para o desenvolvimento de habilidades e competências voltadas para as questões econômicas e financeiras na escola.

3. EDUCAÇÃO FINANCEIRA E EDUCAÇÃO MATEMÁTICA CRÍTICA

Nessa seção, foi realizada uma busca sobre os estudos existentes sobre Educação Financeira que pudessem trazer contribuições à pesquisa, relacionando com as ideias de Paulo Freire e de Ole Skovsmose. As análises serão baseadas nos seguintes textos de pesquisas realizadas: Educação Financeira no Brasil: uma perspectiva panorâmica (Cordeiro, Costa e Silva, 2018) e Educação Financeira nas Escolas de Porto Alegre (Machado, 2011).

O primeiro trabalho, de Cordeiro, Costa e Silva, ressalta a importância da temática Educação Financeira no currículo escolar e na formação consciente dos estudantes através de uma análise cronológica de documentos oficiais sobre esse tema, e tem como objetivo expor o cenário daquele momento da Educação Financeira no país, ressaltando a importância dessa temática no currículo escolar e na formação consciente dos estudantes quanto a atos de caráter financeiro. Conforme dito acima, a Educação Financeira é um tema relativamente novo no Brasil, pois apenas em 2010, com a criação da ENEF, foi que a EF ganhou mais corpo na formação dos estudantes brasileiros, a fim de intervir em um equilíbrio econômico, administração financeira responsável e fomento à poupança. O aumento da abordagem desse tema pode ser visto no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que vem dando muita relevância aos conteúdos de Educação Financeira, e também pela sua presença explícita na BNCC para o Ensino Fundamental e para o Ensino Médio.

Cordeiro, Costa e Silva (2018), afirmam que a expressão “Educação Financeira” refere-se aos princípios e comportamentos relacionados às operações financeiras, ou seja, abrange o conjunto de ações que compreende o monitoramento cotidiano das despesas do indivíduo.

De acordo com estes autores, a Educação Financeira é uma ferramenta que possibilita a compreensão do funcionamento das operações financeiras, tais como juros, financiamentos, empréstimos, créditos, entre outros. O objetivo deste conhecimento é promover a formação de cidadãos mais conscientes.

O trabalho foi realizado através de uma análise quantitativa, verificando-se o número de páginas e exercícios que tratam sobre os conteúdos de EF e, qualitativa, observando-se a abordagem e assuntos trazidos nos livros didáticos.

Foram analisados livros aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), cujo principal objetivo é subsidiar o trabalho pedagógico dos professores por meio da distribuição de coleções de livros didáticos aos alunos da educação básica.

O total de páginas dedicadas à EF em um livro pode ser interpretado como um indicador do grau de relevância atribuído pelos autores ao conteúdo em análise. Na coleção analisada de autoria de Leonardo, dos volumes analisados, 2013a, 2013b e 2013c, adotados no primeiro, segundo e terceiro ano do ensino médio, respectivamente, somente o do terceiro ano traz o conteúdo Matemática e Educação Financeira, o qual está organizado num único capítulo, sendo perceptível o número pequeno de páginas que tratam do referido assunto.

Além do número de páginas dedicadas à EF, foi realizado o comparativo da quantidade de atividades propostas quanto ao assunto em pauta em relação ao número total de exercícios propostos. A análise mostrou que apesar das poucas páginas sobre o tema, o livro apresenta vários exemplos, exercícios resolvidos, algumas ilustrações de possíveis situações reais do dia a dia das pessoas e exercícios voltados para vestibulares.

Os conteúdos abordados, tanto na parte teórica do livro quanto nos exercícios, trazem assuntos rotineiros, como pagamento, parcelamento e rendimento, mas são abordados de maneira pouco prática, preocupando-se apenas com o uso direto de fórmulas para resolução de exercícios, e não o entendimento dos conceitos práticos financeiros.

Por fim, constatou-se que há coleções que trazem os conteúdos de Educação Financeira em apenas uma série do Ensino Médio, e não um espalhamento desses conteúdos durante todas as fases de ensino. Esse tema poderia ser trabalhado desde o Ensino Infantil com noções básicas, até o Ensino Médio e Superior, com problemas mais bem elaborados e com situações que envolvessem assuntos do mercado atual.

De acordo com Skovsmose (2004. p.24), em sua asserção de que, na Educação Crítica, “é essencial que os problemas (matemáticos) se relacionem com situações e conflitos sociais fundamentais, e é importante que os estudantes possam reconhecer os problemas como seus próprios problemas”, acreditamos que a Educação Financeira possa ser integrada ao currículo escolar, buscando eliminar a distância entre os conteúdos ensinados e a realidade vivida pelos estudantes.

Este contexto de relação cotidiano x escolar é reiterado por Paulo Freire quando afirma que “esta educação, em que educadores e educandos se fazem sujeitos do

seu processo, superando o intelectualismo alienante, superando o autoritarismo do educador “bancário”, supera também a falsa consciência do mundo.” (FREIRE, 1994, p.43). Faz-se necessário instigar a curiosidade ingênua de seus educandos, de forma a torná-los críticos e emancipados, na perspectiva de Paulo Freire e Ole Skovsmose.

Paulo Freire (2002, p.21) afirma que é dever do professor “saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”, para estar aberto às indagações e curiosidades dos educandos, para torná-los seres críticos. Dessa forma, a curiosidade ingênua passa a ser curiosidade epistemológica, e esta é uma das tarefas do professor enquanto educador: desenvolver a curiosidade crítica dos educandos. Paulo Freire afirma que a curiosidade ingênua, caracterizada pelo senso comum, quando superada, torna-se criticizada e enfatiza a importância da curiosidade como um elemento para homens e mulheres tornarem-se críticos.

A curiosidade ingênua, do que resulta indiscutivelmente um certo saber, não importa que metodicamente desrigoroso, é a que caracteriza o senso comum. O saber de pura experiência feito. Pensar certo, do ponto de vista do professor, tanto implica o respeito ao senso comum no processo de sua necessária superação quanto o respeito e o estímulo à capacidade criadora do educando. Implica o compromisso da educadora com a consciência crítica do educando cuja “promoção” da ingenuidade não se faz automaticamente. (Paulo Freire, 2002)

O desenvolvimento da Educação Matemática deve ser o suporte da democracia, importando que as microssociedades de sala de aula devam mostrar aspectos da democracia. Além disso, um ambiente propício para a investigação é aquele que, de acordo com o autor, pode sustentar uma pesquisa. No contexto de investigação, destaca-se o convite aos alunos para formular perguntas e buscar explicações.

Dessa forma, as práticas de sala de aula fundamentadas num cenário para investigação são diferentes daquelas baseadas em exercício. O roteiro de aprendizagem, nos referidos cenários, é a forma como os alunos realizam suas explorações e podem formular e problematizar questões, sendo os alunos os principais envolvidos no processo investigativo.

De acordo com Skovsmose (2006), se o sistema escolar não incluir atividades democráticas como elemento essencial do processo educativo não se terá o desenvolvimento da sociedade democrática. Em outra obra, o autor afirma que a Educação Matemática Crítica possui diferentes preocupações, sendo uma delas o desenvolvimento da “*materacia*”, a qual “não se refere apenas a habilidades matemáticas, mas também à competência de interpretar e agir numa situação social e política estruturada pela Matemática”, (SKOVSMOSE, 2008, p.16).

Cordeiro, Costa e Silva (2018) também realizaram uma breve análise das provas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), procurando evidenciar o grau de importância dada à EF neste exame.

O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) foi instituído em 1998, com o propósito de avaliar o rendimento dos estudantes ao término da Educação Básica, visando aprimorar a qualidade desse nível de ensino. A partir de 2009, o ENEM passou a desempenhar também o papel de instrumento de seleção para o acesso ao Ensino Superior. Foram realizadas algumas modificações no exame, contribuindo para democratizar as oportunidades de admissão nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), fomentar a mobilidade acadêmica e promover a reestruturação dos currículos do Ensino Médio.

Até 2007, não houve abordagem de questões relacionadas à Matemática Financeira (MEF) no ENEM, somente a partir de 2008 é que esse conteúdo passou a ser incorporado às provas, evidenciando um aumento progressivo ao longo do tempo. De maneira geral, entre 2008 e 2017, nota-se uma tendência de crescimento, levantando questionamentos sobre a presença contínua da MEF no ENEM, especialmente considerando a formalização da BNCC para o Ensino Médio. Nesse contexto, a BNCC não é apenas um documento orientador, como eram os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), mas assume um caráter normativo, o que suscita reflexões sobre seu impacto na abordagem da Matemática Financeira no exame.

Quanto à abordagem das questões sobre MEF no ENEM, é perceptível que o exame prioriza conhecimentos essenciais para o pleno exercício da cidadania, buscando extrair informações relevantes para a tomada de decisões e a realização de operações financeiras simples, sem enfatizar excessivamente o algebrismo. Os temas e conceitos como orçamento familiar, boleto de cobrança, cartão de crédito, controle financeiro, Banco Central do Brasil, moeda, salário mínimo, poupança, imposto de renda, saldo devedor, entre outros, fazem parte do cotidiano de todos de forma

constante, e são abordados nas questões do ENEM, ao passo que não são devidamente explorados nos livros analisados.

Segundo Freire (1970, p. 50) o conceito de “temas geradores” nos fornece o “universo mínimo temático”, indispensável para algumas reflexões. Através do entendimento desses conceitos, que se baseiam na reorganização dos saberes cotidianos dos alunos, num processo dialógico em que eles são capazes de protagonizar o seu próprio aprendizado, a educação autêntica se daria na relação educador-educando, mediatizada pelo mundo.

O segundo trabalho utilizado como referência para a escrita deste texto, (Machado, 2011), cita que a Educação financeira na escola deve preparar o aluno para o mundo real, atual, onde a compreensão do funcionamento do dinheiro é fundamental para se estabelecer uma boa relação com ele.

Um bom entendimento sobre o dinheiro não garante a ausência de dificuldades financeiras, da pressão do capitalismo e problemas sociais, mas pode implicar em decisões mais eficientes e conscientes. Dado que a escola é um importante meio de inclusão e uma porta de entrada para a abordagem de temas importantes para a construção de um bom cidadão, a abordagem da Educação Financeira desde cedo seria de grande importância para uma sociedade mais consciente.

Dado que a pesquisa tinha o intuito de investigar e compreender o motivo das escolas utilizarem ou não a educação financeira, a mesma foi classificada como explicativa. De acordo com Gil (2008), quanto aos fins, esse tipo de pesquisa aprofunda o conhecimento de determinado assunto, e quanto aos meios, de acordo com Vergara (2009), a pesquisa é considerada de campo, pois a investigação será no próprio local do evento. Os dados foram coletados através de um questionário respondido por 48 escolas de Porto Alegre, sendo 41 pertencentes à rede pública e 4 à rede privada.

As primeiras perguntas eram sobre os dados do respondente, o nível educacional oferecido e a classe social predominante da escola. A pergunta principal era se a escola trabalhava educação financeira, e se respondesse sim, acessava a 10 perguntas com questionamentos específicos, e se respondesse não, acessava a 4 perguntas sobre a não abordagem do tema.

Das 41 escolas, 10 afirmaram que trabalham educação financeira e as outras 31 não. Entre as que responderam que abordam sobre Educação Financeira, 9 informaram que trabalham junto com outras disciplinas. A ENEF indica que o ideal

seja trabalhar sobre educação financeira em mais de uma disciplina, devido ao fato do tema não terminar somente na matemática, pois no cotidiano a educação financeira deve ser vista como algo maior e que deve ter mais espaço, como inserido nos planos de ensino, por exemplo.

Após a análise dos dados, constatou-se que o menor percentual de escolas que têm educação financeira é a classe E, e o maior percentual pertence à classe B. Todas as escolas que atendem alunos de classe B trabalham educação financeira, 50% das escolas privadas informaram que trabalham o assunto e as públicas 20%. Assim, entende-se que as escolas privadas e que oferecem ensino médio trabalham mais o tema que as escolas públicas.

Quando questionadas sobre o principal objetivo da educação financeira, a maioria das escolas ressaltou que o objetivo era preparar os alunos para o mundo do trabalho, e outras restringiram a elaboração de orçamentos domésticos. É necessário educar o aluno para a cidadania, capacitando-o para executar todos os seus projetos de vida. Devido a todos esses fatores que é visto como interessante o fato de que poucas escolas contextualizam a educação financeira em seus currículos.

De acordo com Skovsmose (2014), na proposta da Educação Matemática Crítica, o oferecimento de ambientes de ensino e aprendizagem que incluam desenvolvimento de análise e avaliação crítica da Matemática, presente nas diversas práticas sociais, influencia o desenvolvimento cultural, tecnológico e político, além de valorizar os processos que permitem ao educando o aprendizado mais eficiente de conceitos e ideias matemáticas.

No momento histórico em que vivemos é importante pensarmos no futuro. A prática da administração do próprio dinheiro deve fazer parte do currículo escolar. É educar para a construção de uma sociedade com mais sucesso.

Não existe tal coisa como um processo de educação neutra. Educação ou funciona como um instrumento que é usado para facilitar a integração das gerações na lógica do atual sistema e trazer conformidade com ele, ou ela se torna a “prática da liberdade”, o meio pelo qual homens e mulheres lidam de forma crítica com a realidade e descobrem como participar na transformação do seu mundo.” Paulo Freire (2010,p. 18)

Dessa forma, a Educação Financeira se torna uma ferramenta importante para a formação dos indivíduos, permitindo que eles assumam o papel de protagonistas na

sua própria libertação. Essa perspectiva educacional visa empoderar os alunos para que possam tomar decisões financeiras conscientes e responsáveis, capacitando-os para lidar com questões financeiras ao longo de suas vidas de forma crítica e informada.

Das escolas que responderam não trabalhar sobre educação financeira, 58% informaram que não consta em documentos formais a orientação para abordagem do tema, e os professores não se sentem preparados para tal.

Ao integrar a Educação Financeira ao currículo, pretende-se que os estudantes desenvolvam habilidades para compreender e enfrentar desafios econômicos e sociais presentes em suas vidas, contribuindo para uma educação verdadeiramente libertadora, buscando reduzir o distanciamento entre o conteúdo programático e a realidade dos estudantes, de modo a contribuir com a formação dos indivíduos na perspectiva de uma educação libertadora, em que homens e mulheres são protagonistas da sua própria libertação.

Essa ideia é reiterada por Skovsmose quando diz respeito à abordagem da matemática realística, em Educação Matemática Crítica. Essa abordagem destaca as práticas pedagógicas que oferecem aos alunos a oportunidade de criar ou reinventar conceitos matemáticos no ambiente da sala de aula, permitindo-lhes desenvolver a capacidade inata de aplicar a matemática a diferentes situações. Nesse contexto de pensamento, ocorre o cultivo do senso crítico e o aprimoramento de diferentes formas de raciocínio matemático, proporcionando, de maneira mais evidente, a construção de uma formação integral para o educando.

4. METODOLOGIA DA PESQUISA

Diante do objetivo da pesquisa, optou-se pela utilização da abordagem qualitativa e exploratória.

Dado que o foco da pesquisa é a interpretação do pesquisador sobre o objeto estudado, a pesquisa qualitativa leva em consideração a compreensão, a inteligibilidade dos fenômenos sociais e o significado e a intencionalidade que lhe atribuem os atores (Minayo, 2005). Segundo Minayo (2017), pode-se dizer que uma amostra qualitativa é a que reflete, em quantidade e intensidade, as múltiplas dimensões de determinado fenômeno e busca a qualidade das ações e das interações em todo o decorrer do processo.

Bicudo (2006, p.106) afirma que “o qualitativo engloba a ideia do subjetivo, passível de expor sensações e opiniões”. Ao comparar a pesquisa quantitativa, a autora afirma que com os dados qualitativos, não é possível aplicar noção de rigorosidade, pois sem a precisão e objetividade, dificulta ou impossibilita a quantificação.

A partir do objetivo definido para o trabalho, e, especificamente sobre a busca e análise de informações sobre a temática abordada, esta pesquisa enquadra-se como exploratória. Segundo Gil (2008) as pesquisas exploratórias são aquelas que têm a finalidade de aprofundar o conhecimento sobre o objeto de estudo, uma vez que tratam de temáticas com escassez de trabalhos.

A pesquisa de caráter exploratório pode auxiliar no desenvolvimento de programas diante à educação. Dado que a sociedade possui seus próprios conhecimentos, vivências, valores e atitudes, que podem se tornar barreiras para o alcance de determinado assunto, a pesquisa exploratória possibilita conhecer essas barreiras e tentar contorná-las. Dessa forma, esse tipo de pesquisa constitui um passo inicial a subsidiar o planejamento de programas e estratégias para a inclusão dos diversos temas perante à sociedade.

As pesquisas exploratórias tendem a ser mais flexíveis em seu planejamento, pois pretendem observar e compreender os mais variados aspectos relativos ao fenômeno estudado pelo(a) pesquisador(a). (Gil, 2008)

Quanto à prática pedagógica, a mesma foi realizada em duas etapas, com alunos de uma turma do 3º ano do Ensino Médio de uma Escola Estadual de Porto Alegre, no centro da cidade, mas os alunos moradores da periferia.

A primeira foi destinada à leitura de trechos específicos dos mesmos trabalhos utilizados como base para essa pesquisa, Educação Financeira no Brasil: Uma Perspectiva Panorâmica (Cordeiro, Costa e Silva, 2018) e Educação Financeira nas Escolas de Porto Alegre (Machado, 2011), as quais citam de forma diferente a importância do tema.

A leitura abrange diversos aspectos, desde a linguagem até o exercício de reflexão, fundamentais para as diversas formas de aprendizagem. Dessa forma, apresenta um papel crucial no desenvolvimento das pessoas, sendo essencial para a formação social. Paulo Freire (1989) destaca que o ato da leitura implica percepção crítica, interpretação, reescrita e reelaboração do que é lido. Essa interação dinâmica com o texto não apenas nos permite assimilar informações, mas também nos capacita a pensar criticamente, interpretar de maneira reflexiva e reconstruir significados a partir do que lemos.

A leitura permite adquirir um conhecimento abrangente sobre diferentes saberes, e essa interação com o texto não permite apenas assimilar informações, mas também capacita a pensar criticamente, gerar reflexões e reconstruir significados. A produção de sentido está na relação entre o que é dito e o que é compreendido (Orlandi, 2003).

No Ensino Médio, a compreensão da leitura torna-se fundamental, já que se espera que o leitor saiba depreender os propósitos implícitos e explícitos de um texto; consiga relacionar o que lê a seus conhecimentos prévios; compreenda quais informações são essenciais; avalie a coerência do que está sendo lido; elabore inferências como hipóteses, previsões e conclusões (SOLE, 2009).

Na segunda etapa, foi realizada a aplicação de um questionário, por se tratar de uma ferramenta de prática e fácil aplicação, além de incluir economia de recursos, rapidez e precisão na obtenção de respostas, possibilitando análises quantitativas que auxiliem na compreensão do objeto estudado.

De acordo com Gil (2008, p. 121), o questionário pode ser definido “como a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações”.

Para a produção do questionário, de acordo com Gil (1999, p.126), destaca-se o seguinte: as perguntas devem ser formuladas de maneira clara, concreta e precisa;

- a) deve-se levar em consideração o sistema de referência do interrogado, bem como o seu nível de informação;
- b) a pergunta deve possibilitar uma única interpretação;
- c) a pergunta não deve sugerir respostas;
- d) as perguntas devem referir-se a uma única ideia de cada vez;

Elaborar um questionário consiste fundamentalmente em expressar os propósitos da pesquisa em questões detalhadas, e por meio das questões, a ideia é conhecer a realidade do estudante. As respostas a essas perguntas são aquelas que fornecerão os dados necessários para descrever as características dos alunos ou testar as hipóteses formuladas durante o planejamento da pesquisa e chegar às conclusões.

Conforme o objetivo definido na pesquisa buscou-se elaborar perguntas a fim de levantar a percepção dos alunos sobre a Educação Financeira a partir da perspectiva do contato com o assunto em aulas, no contexto familiar e de suas experiências.

Para a análise dos dados, foi utilizada a técnica de categorização. Para análise e organização dos dados, essa técnica permite agrupar ideias e expressões sobre o tema, identificando uma similaridade entre as respostas. De acordo com Lima (2010), na categorização, o reconhecimento das similaridades e diferenças leva à criação de um conhecimento novo, pelo agrupamento de entidades, de acordo com as similaridades e diferenças observadas.

5. ANÁLISE DA PRÁTICA PEDAGÓGICA

A prática pedagógica foi realizada durante o estágio realizado pela pesquisadora, a qual estava dando aula para alunos de uma turma do 3º ano do Ensino Médio de uma Escola Estadual, localizada no município de Porto Alegre - RS. A Escola situa-se no centro da cidade, mas os alunos são oriundos da periferia, fator importante a ser levado em consideração no momento das análises, devido ao perfil socioeconômico dos estudantes, os quais possuem visão sobre Educação Financeira apenas relacionado ao sustento familiar.. No total, participaram da pesquisa 17 alunos do 3º ano.

O encontro com os alunos iniciou fornecendo informações sobre a pesquisa, incluindo seus objetivos e a importância da participação deles nas atividades propostas.

No primeiro período, foi impresso e disponibilizado aos alunos dois textos com três trechos de cada, os quais foram escolhidos por citarem de diferentes formas o que é a Educação Financeira, assim como a importância e o porquê da abordagem desse tema.

A prática de leitura implica tratar-se como atividade de compreensão, interpretação e ressignificação, pois contribui na formação do aluno partindo do imaginário para o real, e capaz de gerar reflexões. De acordo com Skovsmose (2000, p. 02), as atividades com projetos na educação, contrários ao “ensino tradicional”, oferecem um ambiente com recursos para fazer investigações.

Devido a isso, o intuito dessa etapa era que os alunos compreendessem o conceito de Educação Financeira e a importância do conhecimento para decisões do cotidiano. Além disso, a leitura também foi pensada com o intuito de estimular a reflexão crítica para um posterior debate, com expressão de opiniões e uma construção coletiva do conhecimento.

Esse cenário condiz com os termos “literacia” e “materacia”⁸, utilizados por Paulo Freire e Skovsmose, respectivamente. O primeiro termo revela que a alfabetização não é suficiente para que o indivíduo saiba interpretar uma leitura, e o segundo que o aluno não deve apenas desenvolver habilidades de cálculos

⁸ SKOVSMOSE, O. Cenários para investigação. *Bolema—Boletim de Educação Matemática*, Rio Claro, n. 14, p. 66-91, 2000.

matemáticos, mas sim se mostrar um cidadão crítico, capaz de interpretar e questionar situações em que a Matemática esteja envolvida.

Os dois primeiros trechos selecionados do Texto 1, disponível abaixo, utilizam diferentes linguagens para abordar o conceito de Educação Financeira, a importância e aplicabilidade do tema no cotidiano. Já o terceiro trecho, cita as possíveis maneiras de incluir a abordagem do tema de Educação Financeira nos diferentes níveis educacionais.

Texto 1 - EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL: uma perspectiva panorâmica

Trecho 1:

Educação Financeira é o processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram a sua compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação, possam desenvolver os valores e as competências necessários para se tomarem mais conscientes das oportunidades e riscos neles envolvidos e, então, poderem fazer escolhas bem informadas, saber onde procurar ajuda e adotar outras ações que melhorem o seu bem-estar. Assim, podem contribuir de modo mais consistente para a formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro (OCDE, 2005).

Trecho 2:

Educação Financeira é um processo educativo que, por meio de aplicação de métodos próprios, desenvolve atividades para auxiliar os consumidores a orçar e gerir a sua renda, a poupar e a investir; são informações e formações significativas para que um cidadão exerça uma atividade, trabalho, profissão e lazer, evitando tornarem-se vulneráveis às armadilhas impostas pelo capitalismo (NEGRI, 2010, p.19).

Trecho 3:

Nos Ensinos Infantil e Fundamental poderiam ser trabalhadas algumas noções básicas, como o ato de poupar dinheiro e economizar nas compras, isso de maneira lúdica e suave. Já no Ensino Médio e Superior, e em todos os anos, seriam trabalhados conhecimentos e problemas mais bem elaborados e que envolvessem situações do mercado atual, com significado financeiro e com uma tônica mais forte da Matemática Financeira.

Quanto aos três trechos do Texto 2, disponível abaixo, ambos abordam sobre a importância do conhecimento da Educação Financeira para decisões conscientes ao decorrer da vida.

Texto 2 - Educação Financeira nas Escolas de Porto Alegre

Trecho 1:

Dependendo da renda, uma otimização das decisões financeiras pode acarretar na compra de um abrigo "melhor" ou em outros casos em ter ou não um local para morar. A inexperiência do assunto torna a "vida financeira" mais difícil. Todas essas questões e muitas outras se apresentam ao longo do tempo. A compreensão melhor desse tema não é no colégio, mas em leituras realizadas nos livros que tratam de educação financeira.

Trecho 2:

Com certeza, o bom entendimento sobre o assunto não garante a resolução da distribuição de renda adequada, das pressões que incentivam o consumo, das injustiças sociais e dos demais problemas que permeiam nossa sociedade.

Entretanto, mesmo não podendo determinar, sozinhos, como será o nosso contexto social e político, sempre podemos escolher como responderemos a ele. Sendo assim, entender mais sobre o tema implicará em decisões mais eficientes de cada indivíduo e a consciência de quais os fatores que contribuem para nossas dificuldades financeiras.

Trecho 3:

Educação financeira na escola é preparar o aluno para o mundo real, atual. Onde o dinheiro e o poder são pontos centrais nesse mundo e que se nega o fato de dinheiro gerar poder. A compreensão do funcionamento do dinheiro é fundamental para se estabelecer uma boa relação com ele. É necessário educar o aluno para a cidadania, capacitando-o para executar todos os seus projetos de vida. Devido a todos esses fatores que é visto como interessante o fato de que poucas escolas contextualizam a educação financeira em seus currículos.

Foi solicitado que dois alunos se manifestassem para realizar a leitura em voz alta, de cada um dos trechos dos textos. Posteriormente, foi solicitado que os alunos organizassem as cadeiras e sentassem em roda, para a realização de comentários e debates a respeito dos trechos lidos.

Inicialmente, foi questionado se os alunos já haviam escutado o termo Educação Financeira, se sabiam da importância desse tema e se os trechos citaram

algo que considerassem relevante. Os alunos informaram não ter conhecimento sobre o assunto, e com isso não haviam ciência da sua importância.

Dessa forma, foi questionado o que entenderam dos textos e se identificaram algum termo que não conheciam, e nesse momento de tentativa de interação e debate poucos alunos demonstraram interesse. Ainda assim, foi explicado sobre a importância de conhecimentos prévios sobre a Educação Financeira, ressaltando o trecho que cita que esse conhecimento não garante a ausência de problemas financeiros, mas que pode minimizá-los.

Esse cenário de interação e investigação, são ambientes de aprendizagem em que os alunos e professor atuam de maneira crítica e reflexiva, abarcando situações cotidianas ou não, mas com enfoque na explicação e exploração de determinados assuntos (SKOVSMOSE, 2008b).

Ao decorrer da conversa, um aluno disse “essas coisas é pra quem tem muito dinheiro que pode guardar ou se preocupa em investir, a gente mal tem dinheiro”. Nesse momento, foi reforçado que a Educação Financeira vai muito além de investir dinheiro, mas sim adquirir habilidades para criar metas financeiras dentro do seu orçamento, manter um dinheiro separado quando possível, para reservas de emergência, sem misturar com os gastos do dia a dia, evitar dívidas e até mesmo no momento de uma compra, refletindo se de fato há necessidade e qual seria a melhor forma de pagamento.

Quando existe controle financeiro, mesmo com uma renda não muito alta é possível ter boa qualidade de vida. O contrário dessa afirmação também pode ocorrer, pois é possível que pessoas com rendas muito altas e nenhum controle financeiro, não vejam que pelo mau uso, seu dinheiro “escorreu pelo ralo” (Santos e Silva, 2014).

Nesse momento os alunos passaram a se expressar mais, e a partir da fala da pesquisadora, a maioria relatou entender que seria importante um prévio conhecimento que os ajudassem a controlar os gastos, visto que dentro de casa é comum verem seus pais endividados.

O debate gerado a partir da leitura dos trechos com os alunos possibilitou compreender a visão deles sobre a Educação Financeira. Apesar da pouca interação dos alunos, ao serem instigados sobre os conhecimentos acerca do assunto, eles demonstraram não haver conhecimento sobre Educação Financeira por nunca ter sido levantada essa pauta no ambiente familiar ou escolar.

De acordo com Skovsmose (2008b), quando o aluno participa deste ambiente de aprendizagem que possibilita um diálogo, questionamentos e reflexões, onde há interação entre aluno/professor, é possível gerar um cenário para investigação.

Um cenário para investigação é aquele que convida os alunos a formularem questões e procurarem explicações. [...] Quando os alunos assumem o processo de exploração e explicação, o cenário para investigação passa a constituir um novo ambiente de aprendizagem. No cenário para investigação, os alunos são responsáveis pelo processo (SKOVSMOSE, p. 6)

Ao serem questionados se compreendiam a relevância do assunto, eles informaram que consideram importante para evitar endividamento e não gastar além dos ganhos. Entretanto, também afirmaram que essa organização e planejamento tende a ser útil apenas para pessoas com alta renda, que “*sempre sobra dinheiro*”, como dito por um aluno.

A partir disso, foi explicado a eles que, conforme citado nos trechos, uma boa Educação Financeira possibilita decisões conscientes desde as pequenas atitudes do dia a dia. Por exemplo, um bom planejamento financeiro possibilita gerir o dinheiro do mês para ter controle total dos gastos e, a partir disso, facilitar a administração e economizar para atingir metas futuras. Como sugestões de planejamento, foram citados o uso de planilhas, sem deixar de anotar nada, lista de compra dos itens essenciais, sem se deixar levar pelo consumismo, atenção a transações financeiras com juros e o uso consciente do cartão de crédito, por exemplo.

Após ter sido mencionado sobre a relevância do assunto, chamou a atenção o questionamento de alguns alunos sobre o porquê da ausência dessa pauta no contexto escolar. A partir disso, foi explicado a eles que, de acordo com a BNCC, a orientação é que seja ensinado conceitos básicos de economia e finanças, com o objetivo de iniciação à educação financeira, assim como outras disciplinas podem abordar o tema. Ainda assim, apesar do tema estar presente dentro do currículo escolar no Brasil, não está contemplado de forma explícita pelos PCN, que são diretrizes elaboradas para orientar os educadores sobre aspectos fundamentais de cada disciplina.

De acordo com Freire (2000), esse diálogo e questionamentos se opõem a uma prática chamada Educação Bancária, que pode estar relacionada a um padrão de aula

denominado por Skovsmose (2000) de Paradigma do Exercício. Nesse tipo de aula, é comum uma rotina de sequências de exercícios, com enunciados do tipo: “calcule...”, “efetue as operações...”, “determine o número...”, os quais geralmente levam a uma única resposta e que devem ser resolvidos após uma explicação do professor.

Dessa forma, entende-se que a abordagem da Educação Financeira desde a infância seria o ideal, visto que somos fortemente influenciados pelo meio em que convivemos e interagimos. Caso os próprios pais/responsáveis tivessem conhecimento e consciência acerca do tema, poderiam estimular para o desenvolvimento com as finanças, sem depender apenas da abordagem proveniente do ambiente escolar.

No segundo período, foi aplicado o questionário aos alunos com o objetivo de identificar os conhecimentos prévios sobre o tema, visando levantar a percepção dos alunos sobre a Educação Financeira a partir da perspectiva do contato com o assunto em aulas, no contexto familiar e de suas experiências.

Desta forma, o questionário foi composto pelas 3 perguntas do quadro abaixo:

Quadro 1 - Perguntas aplicadas aos participantes da pesquisa

1) Conhecimento prévio sobre Educação Financeira	a) Na sua visão, o que é Educação Financeira e para que serve? b) Considera importante aprender sobre o assunto? Se não, porquê?
2) Aspectos da prática familiar	a) Existe algum planejamento financeiro em sua família? De que forma? b) Você participa de conversas sobre assuntos financeiros?
3) Informações do uso e planejamento do próprio dinheiro	a) Recebe mesada? Ou exerce alguma atividade remunerada? Como a utiliza?

Fonte: elaborado pela autora (2023)

Para organização e análise dos dados, pela categorização, as perguntas foram separadas em categorias de acordo com a similaridade entre elas, por meio de conceitos ou ideias que relacionem os dados. Conforme Taquette (2016), o sistema de categorização é similar ao processo de classificação, agrupando as

informações em torno de um conceito.

Dessa forma, foram definidas 3 categorias, dispostas no quadro abaixo:

Quadro 2 - Categoria dos dados

1° Categoria:	Definição e relevância da Educação Financeira
2° Categoria:	Educação Financeira no contexto familiar
3° Categoria:	Planejamento perante determinada remuneração

Fonte: elaborado pela autora (2023)

As finalidades de cada categoria e a relação entre elas são descritas da seguinte forma:

1° Categoria: Definição e relevância da Educação Financeira

Nesta categoria, busca-se compreender o conhecimento dos alunos sobre o conceito de Educação Financeira e sua importância.

2° Categoria: Educação Financeira no contexto familiar

Nesta categoria, busca-se analisar se no ambiente familiar é realizado algum tipo de planejamento e qual o contato e participação que os alunos têm diante esse assunto em casa.

3° Categoria: Planejamento perante determinada remuneração

Essa última categoria visa descrever se os alunos possuem alguma forma de remuneração e se realizam algum planejamento financeiro.

A partir das categorias definidas, serão apresentadas as análises das respostas dos alunos.

1° Categoria: Definição e relevância da Educação Financeira

Os alunos forneceram respostas curtas e objetivas, sem desenvolver de forma detalhada os aspectos que considerassem relevantes, conforme algumas respostas destacadas abaixo.

“Acho que a Educação Financeira serve para você planejar a questão do seu dinheiro e não gastar ele com qualquer coisa”

“Serve para que todos possam saber como lidar com sua renda de forma consciente”

“Na minha visão, Educação Financeira serve para saber organizar seus gastos. Considero importante aprender sobre o assunto porque muitas pessoas não sabem controlar o que gastam e podem acabar se *afundando*”

“Serve para ter a noção de como se organizar financeiramente em relação às contas e todos os gastos sem que falte nada, como criar uma tabela e se organizar para ver onde seu dinheiro está sendo gasto”

“Educação Financeira é o processo de ensinar a melhor forma de utilizar seu dinheiro. Além de abordar temas como IPTU e etc. Considero sim importante, assim as pessoas agem com mais noção sobre suas finanças”

“Na minha visão, a Educação Financeira é o ato de ensinar para outras pessoas o que é dinheiro, em sentido econômico e capitalista. Acredito que sirva para melhorarmos a maneira que cuidamos das nossas economias e como vemos ela no mundo”

“É ter organização com os gastos e ganhos de dinheiro. Serve para a pessoa se planejar para ter um futuro estável financeiramente. Sim é bom para manter o controle sobre o próprio dinheiro e viver uma vida mais tranquilamente sem se preocupar com as dívidas”

De forma geral, os alunos entendem a Educação Financeira como uma ferramenta para planejamento de questões financeiras, a fim de orientar o uso consciente do dinheiro, para que não sejam cometidos erros de gastos exagerados, por exemplo, compreendendo a importância do tema.

Os alunos descreveram o tema como um conhecimento voltado apenas para a administração do dinheiro. Entretanto, de acordo com Teixeira (2015, p. 13), a Educação Financeira vai além de simplesmente aprender a economizar, cortar gastos, poupar e acumular dinheiro. Ela engloba a busca por uma melhor qualidade de vida tanto no presente quanto no futuro, garantindo segurança material para lidar com imprevistos que possam surgir.

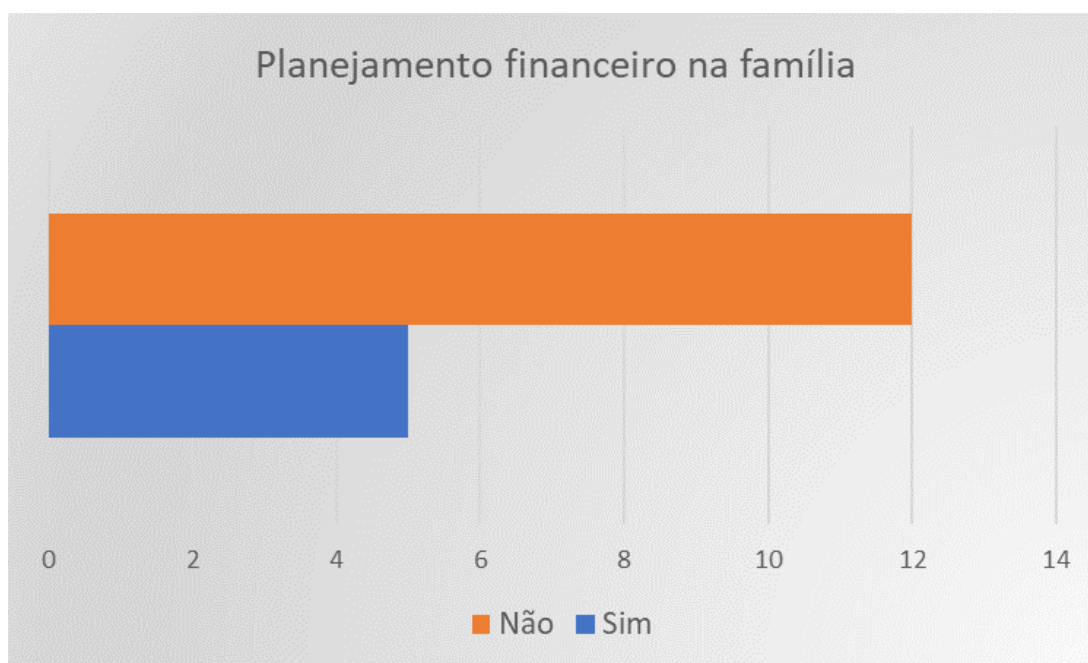
Quanto às respostas que destacaram a importância do tema para minimizar erros financeiros, Teixeira (2015), defende que uma Educação Financeira eficaz é

fundamental para equilibrar impulsos racionais e emocionais, especialmente em um ambiente propenso ao consumismo excessivo.

2° Categoria: Educação Financeira no contexto familiar

Nessa categoria, sobre a abordagem da Educação Financeira no âmbito familiar, observa-se que grande parte das famílias não realizam nenhum tipo de planejamento.

Figura 1: Planejamento financeiro familiar



Fonte: acervo da pesquisa

Dos 17 alunos participantes da pesquisa, 29% afirmaram que a família tem algum planejamento financeiro e 71% afirmaram que não possuem.

Com a análise das respostas que destacaram “sim”, ressalta-se que o planejamento financeiro não está presente no dia a dia, como um hábito, mas sim nos momentos em que há necessidade de realizar determinada compra, que haja um gasto maior.

Entretanto, um planejamento financeiro vai muito além de economizar e guardar dinheiro para determinada compra. É possível utilizar o planejamento como um instrumento de controle para agregar a aplicação consciente dos recursos, bem como estabelecer metas e prioridades.

Quanto à forma de realizar o planejamento, os alunos informaram que é por meio de anotações. Entretanto, esse não é um método seguro de planejamento, que garanta um controle, visto que ao realizar apenas o registro do dinheiro disponível e da meta a ser alcançada, o mesmo não se torna um instrumento de controle de gastos. De acordo com Strate (2010), o planejamento financeiro não é tão simples, para realizar o controle das receitas e despesas é necessário dedicação, atenção e disciplina de modo que se torne um hábito.

Dos estudantes que apontaram que suas famílias não realizam nenhuma forma de planejamento financeiro, observa-se que esse fato é justificado pela ausência de conhecimento sobre o assunto. Dessa forma, destaca-se a seguinte resposta: “Em minha família não tem essa organização pois eles não receberam essa educação, então acabamos por não ter essas conversas por quererem lidar do jeito deles”.

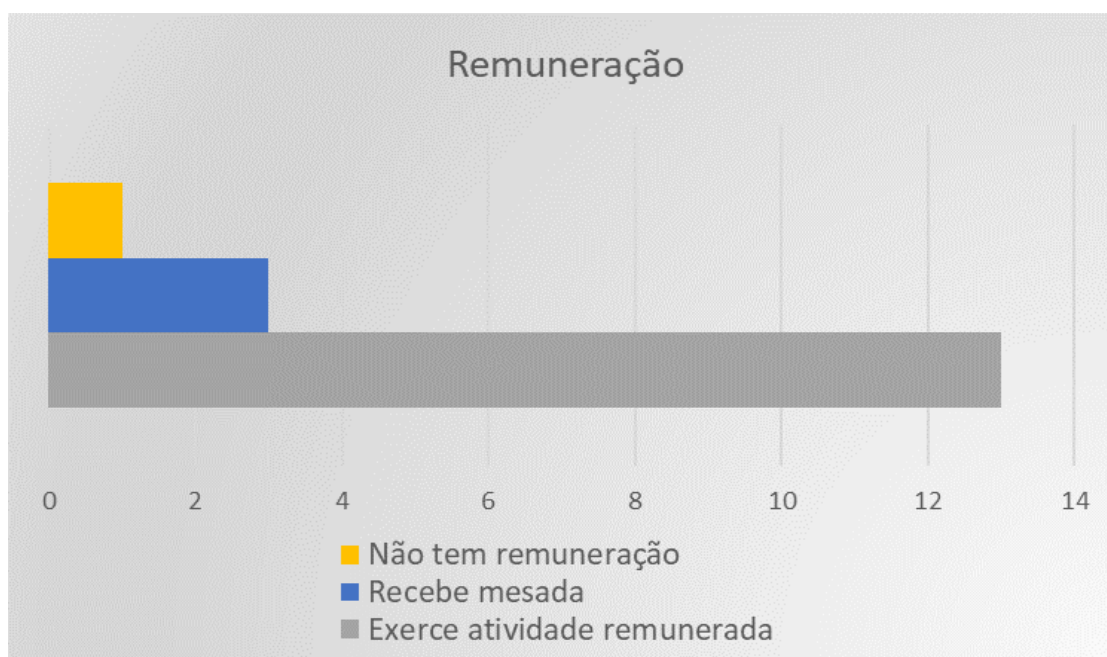
O desconhecimento da importância do controle das despesas e, conseqüentemente, da falta de métodos de planejamento é comum. Diante disso, entende-se que falar a respeito de finanças é algo complexo, mas necessário - visto que se vive em uma sociedade capitalista - nesse procedimento é fundamental que haja uma ótima organização e disciplina financeira para que assim o sucesso seja garantido. (Colella et al, 2014).

Segundo Santos e Silva (2014), faz-se necessário dispor de tempo e organização para que haja um planejamento, pois essa ausência proporciona um desequilíbrio financeiro e o comprometimento total da renda, podendo levar à descapitalização.

3º Categoria: Planejamento perante determinada remuneração

Nessa categoria, analisou-se que parte significativa dos alunos responderam exercer algum tipo de atividade remunerada. Dos 17 alunos, 76% realizam atividades como trabalhos e estágios, 18% recebem mesada, e apenas 6% não recebem nenhum tipo de remuneração.

Figura 2: Remuneração



Fonte: acervo da pesquisa

O contato desde cedo com o âmbito financeiro permite capacitar os jovens ao uso consciente do dinheiro, a fim de atingirem metas e vivenciarem na prática as responsabilidades inerentes desse contexto. A alfabetização financeira permite adquirir autonomia, experiência e desenvolver uma reflexão crítica sobre o controle das finanças.

Quanto às respostas da pergunta do questionário, destaca-se algumas abaixo, as quais entende-se que os alunos utilizam o dinheiro para ajudar suas famílias, e quando possível, utilizam para gastos pessoais.

“Sim, trabalho como operador em um call center e uso meu dinheiro para ajudar financeiramente em casa e comprar coisas que eu gosto”

“Faço um curso remunerado e com o dinheiro acabo separando para as contas de casa e lazer. Essa organização de como lidar com meu salário acabei aprendendo sozinha, já que em minha família não temos esse hábito”

“Meus gastos são em contas, comida, roupas”

“Com o salário eu ajudo em casa e quando sobra eu compro algo pra mim mas que dure a longo prazo”

“Exerço uma atividade remunerada e ajudo complementando a renda familiar, e quando sobra gasto com cartão de crédito e itens essenciais pra mim”

Apesar de os alunos não relatarem realizar algum tipo de planejamento, observa-se que compreendem a importância do dinheiro ao dar prioridade para o uso como complemento da renda familiar, como auxílio nos custos de casa.

Quanto aos alunos que responderam que utilizam o dinheiro que “sobra” para gastos pessoais, Kruger (2004, p. 33) aponta que o objetivo da educação financeira é alcançar a maturidade financeira. Para isso, é crucial aprender a postergar desejos, uma vez que a natureza humana tem a inclinação natural de satisfazer necessidades de forma imediata. A educação financeira fornece ferramentas para mitigar esse comportamento impulsivo, e se introduzida desde os primeiros anos de vida, contribui para a formação do caráter e promove a maturidade necessária para alcançar resultados positivos no futuro.

Dado que o período para a realização da prática foi curto, foi suficiente para aplicar a proposta de leitura, debate e o questionário, mas não foi possível realizar mais atividades sobre o tema com os alunos. Caso houvesse mais períodos, seria possível disponibilizar aos alunos as respostas dos questionários, propor uma aula sobre criação de tabelas e gráficos acerca dos dados, e com isso uma prática de reflexão.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da prática pedagógica, com a leitura e debate com os alunos sobre trechos de educação financeira e com a análise dos dados levantados através do questionário, foi possível atender aos objetivos da pesquisa.

Na primeira etapa, após o debate realizado a partir da leitura dos trechos, observou-se que os alunos não tinham conhecimento sobre Educação Financeira e, conseqüentemente, nunca haviam refletido sobre a importância do tema. Entretanto, ao decorrer da atividade, com a interação entre os alunos e a pesquisadora, foi possível esclarecer algumas visões quanto à Educação Financeira, contextualizar situações do cotidiano onde esse tema está inserido e exemplificar formas de planejamento financeiro. Dado o perfil socioeconômico dos participantes da pesquisa, torna-se eficaz apontar momentos do cotidiano que o planejamento financeiro pode auxiliar no controle para uma melhor divisão dos gastos, e não citar sobre possibilidades de uma organização dos negócios, por exemplo, visto que não se aplica à realidade dos alunos.

Assim, após o debate, notou-se que a maioria dos alunos demonstraram interesse em aprender mais sobre o tema, alegando que a partir de pequenas mudanças nos seus hábitos financeiros, poderiam evitar reproduzir alguns cenários que vivenciam dentro de casa, como gasto excessivo e endividamento. Entretanto, ainda houve uma pequena parcela de alunos que não demonstraram interesse em Educação Financeira. De forma geral, mesmo que o debate não tenha despertado o interesse de todos, possibilitou a conscientização dos alunos quanto à importância do tema, fazendo-os refletir sobre atitudes diárias que podem contribuir para uma melhor qualidade de vida a partir do uso consciente e racional do dinheiro.

A partir do levantamento e da análise das respostas dos questionários, observa-se que os alunos têm ciência do significado de Educação Financeira, porém não é dada a devida importância por falta de conhecimento.

A primeira pergunta do questionário, tinha como objetivo observar de que forma os estudantes entendem o que é Educação Financeira, e se compreendem a importância do tema como uma forma de administrar os recursos financeiros, no sentido de lidar com o dinheiro de maneira consciente. Com as respostas, observou-se que os alunos relacionam o conceito de Educação Financeira diretamente ao dinheiro, economia e diminuição de gastos. Dado o posicionamento dos alunos, ao

alegarem que consideram o tema importante, isso corrobora para a importância do ensino da mesma.

Dessa forma, foi possível avaliar que os alunos reconhecem que o ensino da Educação Financeira desempenha um papel crucial na minimização de erros financeiros e na promoção do controle de impulsos ao gastar de maneira responsável.

A segunda pergunta foi direcionada em analisar se as famílias possuem alguma forma de planejamento de gastos. Dado que 71% afirmaram que a família não possui nenhum tipo de planejamento financeiro, esse dado pode justificar a ausência de conhecimento sobre Educação Financeira pelos alunos, visto que não vivenciam esse hábito no contexto familiar. Peretti (2007) afirma que o objetivo do orçamento familiar é facilitar a correta utilização das receitas e a aplicação adequada desses recursos, de modo que facilite a organização e seja eficaz para todos, independente do perfil socioeconômico.

A última pergunta tinha como objetivo analisar se os alunos recebem mesada ou se exercem alguma atividade remunerada, e de que forma utilizam esse dinheiro. Dado que 16 dos 17 alunos participantes informaram possuir remuneração, seja através de mesada ou de trabalho, esse contato inicial com o dinheiro desde cedo pode contribuir para os estudantes vivenciarem as responsabilidades do âmbito financeiro.

A vivência e experiência desde cedo com o dinheiro são essenciais para a conquista de responsabilidade financeira. Entretanto, é necessário que os alunos tenham contato com os preceitos da Educação Financeira em sala de aula e em seu contexto familiar, de forma a receber orientação de ambos.

Por fim, constata-se que os alunos não possuem conhecimento e nem realizam planejamento no que tange ao dinheiro. Isso pode ser justificado por um chamado *analfabetismo financeiro* nos diferentes contextos, familiar e escolar.

Apesar de a escola ser o alvo principal a ser atingido diante a responsabilidade educacional, isso não exclui a relevância da presença da família no processo. Essa necessidade de relação de parceria e diálogo entre a escola e a família é reiterada por Paulo Freire, o qual defendia que essa conexão visa buscar uma educação mais humanizadora e libertadora, que considere as realidades e contextos sociais dos estudantes.

A partir do debate, com uma interação e construção coletiva de conhecimento, possibilitou enriquecer de forma progressiva a percepção dos estudantes quanto ao

tema. Sabe-se que as mudanças relacionadas ao aspecto financeiro e a inclusão da abordagem desse tema nas escolas não ocorre de um momento para o outro. Entretanto, essa problemática social poderia ser reduzida com pequenas propostas de ações nas aulas, como relacionando a Matemática com o cotidiano dos alunos, principalmente no que tange aos aspectos de uma Educação Financeira, como os conceitos básicos.

A abordagem do tema não precisa ser exclusiva na área de Matemática, mas no que tange à interdisciplinaridade, poderia ser abordada nas demais disciplinas estabelecendo nexos financeiros. A elaboração de cenários para investigação por parte dos professores, com temas do cotidiano, seria uma das possibilidades de levar o aluno a estabelecer uma reflexão e assumir um papel ativo no processo de aprendizagem do objeto estudado. Skovsmose (2000, p. 19) sustenta essas afirmações ao dizer que “referências à vida real parecem ser necessárias para estabelecer uma reflexão detalhada sobre a maneira como a matemática pode estar operando enquanto parte de nossa sociedade”.

As perspectivas para essa mudança de cenário podem ser feitas através da inclusão desse assunto em sala de aula. Entretanto, dado que pode ser um desafio para o professor incorporar novos métodos em sala de aula, propiciando diferentes ambientes de aprendizagem, essa transição do ensino tradicional para um novo contexto não precisa ser feita de maneira imediata, mas ir sendo implementada até se tornar hábil.

Dessa forma, destaca-se a importância social dessa pesquisa, pois mostra a necessidade da inclusão da abordagem desse assunto nas escolas e ressalta a ausência dele nos diferentes contextos. Uma possibilidade para essa inclusão seria propor programas que incentivem a relação familiar e escolar, como o “Programa de EF nas Escolas – Ensino Médio”, realizado pela ENEF, por exemplo.

Concluiu-se que mesmo com a EF prevista no currículo escolar, o resultado da pesquisa demonstrou não ter sido eficaz para os alunos do Ensino Médio, visto que os conhecimentos do aspecto financeiro são desconhecidos por esses jovens.

REFERÊNCIAS

BICUDO, M. A. V. **Pesquisa Qualitativa e pesquisa qualitativa segundo a abordagem fenomenológica**. In: BORBA, M. C.; ARAÚJO, J. L. Pesquisa Qualitativa em Educação Matemática. 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p.106. (Coleção Tendências em Educação Matemática).

BRASIL/ENEf. **BRASIL: IMPLEMENTANDO A ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA**. 2011. Disponível em:

<https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/Estrategia_Nacional_Educacao_Financeira_ENEF.pdf> Acesso em Agosto de 2023

BRASIL/MEC. **Base Nacional Comum Curricular**. 2019. Disponível em:<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf>. Acesso em Agosto de 2023.

CARLIM, G. A. V. **Educação Financeira: Percepção de alunos do Ensino Médio de uma escola federal**. 2022. 58 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, 2022.

COLELLA, M. T. et al. **Planejamento Financeiro Familiar: A importância da organização e controle no orçamento familiar**. Revista Científica Eletrônica de Ciências Aplicadas da FAIT, v. 8, 2014. Disponível em: http://fait.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/GdwELtnxc5YulmZ_2015-1-30-16-8-5.pdf. Acesso em janeiro de 2024.

CORDEIRO, N. J. N.; COSTA, M. G. V.; SILVA, M. N. da. **EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL: UMA PERSPECTIVA PANORÂMICA**. Ensino da Matemática em Debate, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 69–84, 2018. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/emd/article/view/36841>. Acesso em: 25 jan. 2024.

Cunha, Márcia Pereira. **O MERCADO FINANCEIRO CHEGA À SALA DE AULA: EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO POLÍTICA PÚBLICA NO BRASIL**. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES.218463>. Acesso em janeiro de 2024.

D'AQUINO, C. **E o que é Educação Financeira?** 2011. Disponível em: <http://educacaofinanceira.com.br/index.php/escolas/conteudo/513>. Acesso em 10 de janeiro de 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17 Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1994.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25 Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2002.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LIMA, G.A. **Modelos de categorização: apresentando o modelo clássico e o modelo de protótipos**. Perspectivas em Ciência da Informação, v.15, n.2, p.108-122, maio./ago. 2010.

MACHADO, Diego da. **Educação Financeira nas Escolas de Porto Alegre**. Trabalho de conclusão de curso de graduação, UFRGS. Porto Alegre, 2011. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/33220/000787921.pdf?sequence=>. Acesso em: 7 ago. 2023.

MINAYO, M. C. S.. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. **Revista Pesquisa Qualitativa**, [S. l.], v. 5, n. 7, p. 1–12, 2017. Disponível em: <https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/82>. Acesso em: 28 jan. 2024.

MINAYO, M. C. S. Introdução. In: MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; SOUZA, E. R. (Org.). **Avaliação por triangulação de métodos**: Abordagem de Programas Sociais. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

NEGRI, Ana Lucia Lemes. **Educação financeira para o ensino médio da rede pública: uma proposta inovadora**. 2010. 73 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Americana: Centro Universitário Salesiano: São Paulo, 2010.

OCDE Educação e Alfabetização Financeira para América Latina e o Caribe. **PRINCÍPIOS DE ALTO NÍVEL DA INFE PARA AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA**. 2012. Disponível em: <https://www.oecd.org/financial/education/oecd-infe-high-level-principles-for-the-evaluation-of-financial-education-programmes-portuguese.pdf>. Acesso em janeiro de 2024.

PELICIOILLI, Alex Ferranti. **A relevância da educação financeira na formação de jovens**. 2011. 131f. Dissertação de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <<http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/3405>>. Acesso em Agosto de 2023.

SANTOS, A. C.; SILVA, M. Importância Do Planejamento Financeiro No Processo De Controle Do Endividamento Familiar: Um Estudo De Caso Nas Regiões Metropolitanas Da Bahia E Sergipe. **Revista Formadores**, v. 7, n. 1, p. 05-17, 2014.

SILVA, Vivian Helena da Costa. **EDUCAÇÃO FINANCEIRA ESCOLAR: OS RISCOS E AS ARMADILHAS PRESENTES NO COMÉRCIO, NA SOCIEDADE DE CONSUMIDORES**. Juiz de Fora. 2017. Dissertação de Mestrado em Educação Matemática. Disponível em: <https://1library.org/document/yrwm47jz-vivianhelenabriondacostasilva.html>. Acesso em janeiro de 2024.

SILVA, Marcos Ferreira. da. **A IMPORTÂNCIA DA LEITURA NO ENSINO MÉDIO PARA A FORMAÇÃO DE ALUNOS CRÍTICOS**.

SOLE, Isabel. **Estratégias de Leitura**. Trad. Cláudia Schiling. 6ª Edição. Porto Alegre: Artmed, 2009.

SKOVSMOSE, Ole. **Educação matemática crítica: a questão da democracia**. 2a Ed. Papyrus Editora: Campinas, 2004.

TEIXEIRA, J. **Um estudo diagnóstico sobre a percepção da relação entre educação financeira e Matemática Financeira**. 2015. 160 f. Tese (Doutorado em Educação Matemática) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/handle/handle/11025>. Acesso em janeiro de 2024.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO

TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Eu, _____, R.G. _____, declaro, por meio deste termo, que concordei em participar da pesquisa intitulada **PERSPECTIVAS PRÁTICAS DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO ENSINO MÉDIO PARA A FORMAÇÃO DE INDIVÍDUOS CONSCIENTES**, desenvolvida pelo(a) pesquisador(a) Ana Carolina Antunes Goulart. Fui informado(a), ainda, de que a pesquisa é coordenada/orientada por Marcus Basso, a quem poderei contatar a qualquer momento que julgar necessário, por meio do e-mail mbasso@ufrgs.br.

Tenho ciência de que a minha participação não envolve nenhuma forma de incentivo financeiro, sendo a única finalidade desta participação a contribuição para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais, são: debates de trechos sobre educação financeira e sua importância, preenchimento de questionário sobre conhecimentos prévios de Educação Financeira e utilização dos dados obtidos para análise da necessidade de inserção desse tema em sala de aula.

Fui também esclarecido(a) de que os usos das informações oferecidas por mim serão apenas em situações acadêmicas (artigos científicos, palestras, seminários etc.), identificadas apenas pela inicial de seu nome e pela idade.

A minha colaboração se dará por meio de questionário escrito, bem como da minha participação em aula/encontro, em que serei observado(a) e terei a produção analisada, sem nenhuma atribuição de nota ou conceito às tarefas desenvolvidas. No caso de fotos ou filmagens, obtidas durante a minha participação aluno(a), autorizo que sejam utilizadas em atividades acadêmicas, tais como artigos científicos, palestras, seminários etc, sem identificação. Esses dados ficarão armazenados por pelo menos 5 anos após o término da investigação.

Cabe ressaltar que a participação nesta pesquisa não infringe as normas legais e éticas. No entanto, poderá ocasionar algum constrangimento dos entrevistados ao precisarem responder a algumas perguntas sobre o desenvolvimento de seu trabalho. A fim de amenizar este desconforto será mantido o anonimato das entrevistas. Além disso, asseguramos que você poderá deixar de participar da investigação a qualquer momento, caso não se sinta confortável com alguma situação.

Como benefícios, esperamos com este estudo, produzir informações importantes sobre a percepção dos alunos sobre Educação Financeira e a importância desse tema na formação de indivíduos conscientes, a fim de que o conhecimento construído possa trazer contribuições relevantes para a área educacional.

A colaboração se iniciará apenas a partir da entrega desse documento por mim assinado.

Estou ciente de que, caso eu tenha dúvida, ou me sinta prejudicado(a), poderei contatar o(a) pesquisador(a) responsável no endereço e-mail ninagoulart12@gmail.com. Fui ainda informado(a) de que posso me retirar dessa pesquisa a qualquer momento, sem sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Porto Alegre, _____ de _____ de _____.

Assinatura do Responsável:

Assinatura do(a) pesquisador(a):

Assinatura do Orientador da pesquisa:

APÊNDICE B – CARTA DE ANUÊNCIA DA ESCOLA

CARTA DE ANUÊNCIA DA ESCOLA

O(A) Diretor(a) da escola Coronel Afonso Emilio Massot localizada na cidade de Porto Alegre declara estar ciente e de acordo com a participação dos estudante(s) e/ou professor(es) desta escola nos termos propostos no projeto de pesquisa intitulado **“PERSPECTIVAS PRÁTICAS DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO ENSINO MÉDIO PARA A FORMAÇÃO DE INDIVÍDUOS CONSCIENTES”**, que tem como objetivos investigar e analisar a percepção dos alunos sobre a relevância da Educação Financeira e analisar como os alunos percebem a importância da implementação do planejamento financeiro no contexto familiar, enfatizando a interdisciplinaridade entre Educação Financeira e Matemática. Este projeto de pesquisa encontra-se sob responsabilidade do(a) professor (a)/pesquisador(a) Marcus Vinicius de Azevedo Basso, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e é desenvolvido pelo(a) acadêmico(a) Ana Carolina Antunes Goulart vinculado(a) ao PPGEMAT (Programa de Pós-Graduação em Ensino de Matemática).

A presente autorização está condicionada ao cumprimento dos requisitos das resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional da Saúde, Ministério da saúde, comprometendo-se os pesquisadores a usar os dados pessoais dos sujeitos da pesquisa exclusivamente para fins científicos, mantendo o sigilo e garantindo a não utilização das informações em prejuízo dos sujeitos.

Porto Alegre, _____ de _____ de _____.

Nome do(a) Diretor(a):

Assinatura _____

Professor(a)/Pesquisador(a) responsável (UFRGS): Marcus Vinicius de Azevedo Basso

Assinatura _____